TC 013.163/2011-6

Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Gandu/BA

Secretaria Municipal de Saúde de Gandu/BA

Responsável: Maria das Graças Barbosa Cardoso (CPF 128.538.445-87)

Procurador: Leonardo Barbosa Cardoso

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada em função de composição incompleta de equipe no Programa Saúde da Família — PSF (falta de médico) e no Programa de agentes Comunitários de Saúde — PACS (ausência de agente de saúde), no período de novembro de 2003 a junho de 2004, implicando em aplicação irregular dos recursos do PAB/SUS, pela Secretaria Municipal de Saúde de Gandu /BA.

HISTÓRICO

2. Na fiscalização realizada pela SFC/CGU foram constatadas irregularidades na aplicação dos recursos do Programa Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde, conforme Relatório de Fiscalização nº. 163/2004, fls. 08 a 43, p. 01, tendo sido emitida pela DENASUS Planilha de Glosas no valor de R\$ 28.388,00 (fl. 43. p. 01) em virtude das seguintes ocorrências:

2.1. ausência de Médico do Programa Saúde da Família nos meses de outubro/2003 a maio/2004, totalizando um prejuízo financeiro no valor de R\$ 26.688,00;

2.2. ausência de 01 agente do Programa de Agentes Comunitários de Saúde nos meses de outubro/2003 a fevereiro/2004, abril/2004 e maio/2004, totalizando um prejuízo financeiro no valor de R\$ 1.700,00.

3. A Sra. Maria das Graças de Jesus Barbosa, então Secretária de Saúde de Gandu/BA, foi notificada a restituir os recursos impugnados, devidamente corrigidos e informada da instauração de Tomada de Contas Especial. Não havendo manifestação da responsável, foi dado prosseguimento a instauração de Tomada de Contas Especial.

4. Cabe ressaltar que o Relatório de Fiscalização nº 163/2004 apontou diversas irregularidades em várias ações sob responsabilidade do Ministério da Saúde tendo sido os Executores Municipais dos Programas informados sobre os fatos, cabendo ao Ministério Supervisor adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

5. A presente tomada de contas especial trata dos valores glosados às fls. 41/43, p. 01 referentes aos recursos dos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

6. Em cumprimento ao Despacho do Sr. Secretário desta unidade técnica, p. 04, foi promovida a citação da Sra. Maria das Graças Barbosa Cardoso, por meio dos ofícios de peças 06, 08, 13 e 14.

7. A responsável, por meio de procurador, solicitou cópia dos autos e, transcorrido o prazo regimental fixado, não apresentou suas alegações de defesa quanto às irregularidades verificadas, nem efetuou o recolhimento do débito. Por isso, entendemos que deva ser considerado revel, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

CONCLUSÃO:

8. Diante do exposto, propomos que:

a) as presentes contas sejam julgadas **irregulares** e em débito a responsável abaixo, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea “b”, e 19, *caput*, da Lei nº 8.443/92, considerando as

ocorrências relatadas no item 2 da presente instrução, condenando-a ao pagamento da importância especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno;

NOME: Maria das Graças Barbosa Cardoso

CPF: 128.538.445-87

OCORRÊNCIA: composição incompleta de equipe no Programa Saúde da Família — PSF (falta de médico) e no Programa de Agentes Comunitários de Saúde — PACS (ausência de agente de saúde), no período de novembro de 2003 a junho de 2004, implicando em aplicação irregular dos recursos do PAB/SUS, pela Secretaria Municipal de Saúde de Gandu /BA.

VALORES HISTÓRICOS DOS DÉBITOS E DATAS DA OCORRÊNCIA (fls. 59; p. 01):

11/11/2003 R\$ 240,00

13/11/2003 R\$ 3.336,00

30/12/2003 R\$ 3.576,00

09/01/2004 R\$ 3.576,00

11/02/2004 R\$ 3.576,00

10/03/2004 R\$ 3.576,00

08/04/2004 R\$ 3.336,00

10/05/2004 R\$ 3.576,00

09/06/2004 R\$ 3.336,00

11/06/2004 R\$ 260,00

b) aplicar à responsável a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data da decisão que vier a ser prolatada até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, no forma da legislação em vigor;

c) autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9. À consideração superior, com vistas ao encaminhamento dos autos à D. Procuradoria, para posterior envio ao Gabinete do Exmº Sr. Ministro-Relator André de Carvalho.

SECEX-BA, 15/02/2012

Rosângela Daltro
Auditora Federal
Mat. 2579/8